



Assembleia da República  
Comissão de Negócios Estrangeiros  
e Comunidades Portuguesas

Registo | E-COM2XVI/2025/10 | 16/01/2025

Retirado pelo GP CH na reunião de 21/01/2025



**Assunto:** *Audição urgente do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Rangel, a respeito da crise política que se vive em Moçambique no rescaldo das eleições gerais de Outubro de 2024.*

Ex.mo Senhor

Deputado Sérgio Sousa Pinto

Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Desde Outubro de 2024 que Moçambique enfrenta uma das mais graves crises políticas da sua vida como Estado independente. As eleições gerais então celebradas têm tido por pano de fundo a suspeição generalizada sobre a legitimidade do processo eleitoral, por seu lado associada a níveis inauditos de violência política desde a instituição formal da democracia, em 1994. Num país em que o principal partido político, a FRELIMO, mantém desde há cinquenta anos o monopólio do poder do Estado e o condicionamento avassalador das demais instituições, só dificilmente um ato eleitoral poderia ser justo.

A diferença é que as suspeitas em relação ao último geraram uma contestação popular até hoje endémica, com impactos no agravamento da insegurança da vida social e económica dos moçambicanos, em resultado da resposta violentíssima das autoridades moçambicanas que, até agora, provocou mais 300 vítimas mortais e mais de 600 pessoas baleadas.

De Outubro de 2024 a Janeiro de 2025, a situação no terreno ficou fragmentada entre, por um lado, um poder da FRELIMO cada vez mais isolado a nível interno e internacional e, por outro lado, uma população indefesa, porém persistentemente contestatária, liderada por Venâncio Mondlane. Após cerca de dois meses no exílio por razões de segurança, o último regressou a Moçambique no passado dia 9 de janeiro para continuar a exigir a reconciliação nacional por via pacífica, porém necessariamente assente na reposição da justiça eleitoral.

Entretanto, à revelia do contexto social de norte a sul de um país extenso e por imposição unilateral da Frelimo, a 13 de Janeiro a nova Assembleia da República tomou posse, em



Maputo, com a ausência em protesto por fraude eleitoral de 40 deputados da oposição, os da Renamo (28), do MDM (8) e do Podemos (4 de um total de 43). Dos 250 assentos parlamentares, 171 foram assumidos pela Frelimo. Dois dias depois, com protestos persistentes nas ruas e mais mortes, Daniel Chapo, também da Frelimo, tomou posse como quinto Presidente da República de Moçambique, desta feita num contexto africano e internacional inédito de ausência, na cerimónia, de diversos presidentes da república de outros países, incluindo o Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa. Só uma crise política profunda, que torna inviável ou pacificador o contexto existente, pode justificar os factos em causa.

No processo, não têm sido indiferentes os erros reiterados ao longo de pelo menos três meses, por isso graves, da política externa portuguesa. Esta não só não reconheceu em Venâncio Mondlane a relevância que os moçambicanos lhe atribuem, em crescendo desde outubro, como não se demarcou com firmeza da violência repressiva desumana do Governo da Frelimo e, por cima, acompanhou de forma precipitada a validação das eleições presidenciais e legislativas de 9 de outubro pelo Conselho Constitucional de Moçambique, anunciada a 23 de dezembro último, órgão de soberania altamente parcial controlado pela Frelimo que, desse modo, não deu resposta legal à contestação dos partidos da oposição.

Quando a população moçambicana ficou física e legalmente desprotegida na relação com os seus governantes, a política externa portuguesa insistiu em abandonar os mais frágeis fazendo tábua rasa da defesa dos Direitos Humanos, do Estado de Direito e da Democracia. Tão grave retrocesso da política externa portuguesa não pode passar ao lado do escrutínio parlamentar.

Se a excepcionalidade da relação luso-moçambicana deveria motivar, em Lisboa, a formulação de uma política externa inteligente, prudente e equilibrada, os últimos três meses evidenciam que não foi assim e que o coração dos problemas reside na desorientação do ministério do setor do Governo AD, para mais num núcleo bastante sensível e estratégico para Portugal, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Perante tão convincentes alegações de fraude eleitoral em Moçambique, impressiona que o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros possa ter considerado sensato fazer-se representar na tomada de posse de Daniel Chapo, a 15 de Janeiro. De facto, o que Portugal faz é legitimar um acto eleitoral ilegítimo e o que lhe está subjacente, um regime repressivo atentatório dos valores humanos universais mais elementares. Se Lisboa podia ter desempenhado um papel importante de mediação, ancorado na singularidade das relações históricas e na boa relação com os principais actores em disputa, a decisão do Ministro estilhaçou a nossa orientação moral e civilizacional enquanto povo, a imparcialidade do nosso Estado ao comprometer-nos com o Governo da Frelimo, o que aliena a oposição moçambicana.

Com uma população esmagadoramente filiada às razões dessa mesma oposição, tal estratégia governamental portuguesa também passou ao lado do dever de garantia de segurança da comunidade portuguesa em Moçambique que, felizmente, consegue proteger-se por ela mesma num contexto difícilíssimo passando, aos moçambicanos, uma imagem de visão plural e equilibrada da situação no terreno, postura assumida à revelia parcialidade do Governo de Lisboa. Este tornou-se, portanto, um fator de instigação da insegurança de quem deveria proteger, pelo que o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros deixou de ter condições para dirigir o processo moçambicano, decisão que deve ser aferida pelo Parlamento enquanto órgão de soberania que deve fiscalizar a atividade do Governo.

Confusa e sectária, a política posta em marcha pelas Necessidades vai produzindo os piores frutos. A 14 de Janeiro, reagindo à participação do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros na tomada de posse de Daniel Chapo, Venâncio Mondlane dirigiu-se-lhe duramente: «Não há trabalho da sua parte em relação ao diálogo em Moçambique. Pelo contrário, o senhor sempre foi parcial, foi tendo posições totalmente tristes, sempre foi de adjectivos contra a minha pessoa.» O líder da oposição moçambicana deixou uma advertência que Lisboa faria bem em levar a sério: «Saiba muito bem como vai posicionar-se em Moçambique.»<sup>1</sup> Já ao *Observador*, recusou que o MENE tenha mantido qualquer diálogo com

---

<sup>1</sup><https://www.publico.pt/2025/01/14/mundo/noticia/mocambique-venancio-mondlane-acusa-governo-portugues-manipulacao-2118732>

a Santa Sé sobre os acontecimentos em Moçambique e referiu-se à visita de Paulo Rangel a Maputo como a vinda de «cordeiros e raposas». <sup>2</sup> O Ministro Paulo Rangel encaminhou, insistimos, a relação com a oposição moçambicana à inviabilidade e, com isso, a diplomacia portuguesa à irrelevância e a relação bilateral à incerteza se – ou quando – houver transição política em Maputo.

Terceira potência demográfica entre os países de língua oficial portuguesa e país a que nos unem os laços mais profundos de amizade e História comum, Moçambique é uma prioridade constante da política externa portuguesa. Porque assim é, a relação luso-moçambicana não pode depender de partidos, humores ou personalidades. A gestão infeliz do *dossier* moçambicano pelo MENE deve ser explicada à Assembleia da República com a maior urgência.

Assim, para o efeito e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, vem o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA requerer junto de V. Exa. que providencie a audição, pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Rangel.

Palácio de São Bento, 15 de Janeiro de 2025.

O Deputado

Ricardo Regalla Dias Pinto

---

<sup>2</sup><https://observador.pt/2025/01/14/o-ministro-mentiu-ao-mundo-venancio-mondlane-desmente-contactos-do-mne-com-o-vaticano-paulo-rangel-mantem-o-que-disse/>